TL 2342

CRT
COMUNIDADE dos REFUGIADOS DE TIMOR
R. PEDRO DEL NEGRO, 4, R/C-Dto. – TELEF. 494 24 13
REBOLEIRA – 2700 AMADORA
CONTRIBUINTE Nº 501 845 884

I N F O R M A Ç Ã O

No âmbito das comemorações do DIA MUNDIAL DO VOLUNTARIADO, organizadas pela Associação Internacional de Voluntariado, o Presidente do Conselho Directivo esteve presente, a convite da Association pour le Volontariat à l'acte Gratuit en Europe, na reunião das associações de Voluntariado que teve lugar, no Hotel Golf Mar, no Vimeiro, no passado dia 5/12/1987.

Durante a referida reunião, a par de muitas das associações presentes, o Presidente do Conselho Directivo produziu uma intervenção cujo texto se difunde para conhecimento não só dos associados da Comunidade dos Refugiados de Timor mas também de todos os membros da Comunidade timorense e de outros interessados.

À abertura dos referidos trabalhos esteve presente um representante do Senhor Secretário de Estado da Segurança Social, os quais foram encerrados pelo representante do Senhor Ministro da Administração Interna.

Na sequência deste facto, a Comunidade dos Refugiados de Timor passou a ser também membro do Centro Nacional de Voluntariado, através do qual se liga à Association pour le Voluntariat à l'acte gratuit en Europe, representada no Parlamento Europeu e na Organização das Nações Unidas, através da Associação Internacional de Voluntariado.

O CONSELHO DIRECTIVO,

CRT
COMUNIDADE dos REFUGIADOS DE TIMOR
R. PEDRO DEL NEGRO 4, R/C-Dto. - TELEF. 494 24 13
REBOLEIRA — 2700 AMADORA
CONTRIBUINTE N.º 501 845 884

INTERVENÇAO DO PRESIDENTE DO CONSELHO DIRECTIVO NO ENCONTRO DAS ORGANIZAÇOES DO VOLUNTARIADO, EM VIMEIRO, NO HOTEL GOLF MAR.-

5/12/1987

Boa tarde!

As minhas primeiras palavras são de agradecimento à Sra. D. Maria Elisa Pimenta pelo amável e honroso convite que nos dirigiu para também estarmos presentes neste encontro. Convite que, aliás, também já nos tinha sido formulado para participarmos no Congresso que teve lugar, recentemente, em Lisboa, e ao qual não pudemos assistir devido ao facto de termos estado a participar em actividades já programadas para a mesma altura. Por isso, desejo formular aqui e agora o nosso pedido de desculpa.

Falo na qualidade de Presidente do Conselho Directivo da Comunidade dos Refugiados de Timor. Somos uma comunidade, porque desejamos sinceramente que os benefícios que julgamos ter conseguido para nós devem ser igualmente alargados a todos os timorenses, e a cada um segundo os seu próprio estatuto e qualificações. Chamamo-nos <u>refugiados</u>, porque nenhuma outra designação retrata tão bem a nossa situação: não somos nem retornados, nem desalojados, nem repatriados. Não somos também refugiados no sentido estricto da palavra, mas no sentido lato, isto é, somos refugiados <u>de facto</u>, como o próprio representante do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados já o reconheceu.

O tema que me propus abordar aqui é a população timorense em Portugal. A presença dos timorenses em Portugal resultou de factos que são já do conhecimento geral, pelo que me dispenso de os referir. O seu número tem oscilado entre os dois mil e quinhentos e cerca de um milhar e hoje situa-se em cerca de 1.200 pessoas. Esta

CRT
COMUNIDADE dos REFUGIADOS DE TIMOR
R. PEDRO DEL NEGRO, 4, R/C-Dto. – TELEF. 494 24 13
REBOLEIRA – 2700 AMADORA
CONTRIBUINTE Nº 501 349 884

oscilação deve-se ao facto de haver uma corrente migratória constante para a Austrália, compensada entretanto pela vinda de novas famílias de Timor para Portugal, no âmbito do programa de reunião familiar, vinda de residentes metropolitanos e reintegração em Portugal de antigos funcionários da administração portuguesa, em Timor.

Os problemas que se criaram com as deslocações de populações na sequência dos acontecimentos ocorridos em Timor, em 1975, e as movimentações que posteriormente se verificaram levantaram de imediato problemas gravíssimos de alojamento, instalação e de subsistência. Foi para ocorrer a essas situações que nós procurámos congregar esforços e enfrentar todos os problemas que se colocavam e colocam à população timorense. No princípio éramos um grupo de pessoas que nos achávamos em posição de maior responsabilidade e que, por isso, decidimos livremente pôr à disposição dos nossos irmãos e conterrâneos os nossos conhecimentos e a nossa capacidade de intervenção. Muitos de nós por esse facto sofremos na nossa própria carne as consequências desta decisão, mas estamos decididos a prosseguir.

Quem somos

A Comunidade dos Refugiados de Timor foi legalizada por escritura pública feita, no dia 14 de Julho de 1981, no 24º Cartório notarial de Lisboa. Não nasceu do nada, mas sim por transformação da anterior Comissão dos Refugiados de Timor, constituída, em 1976, após a chegada a Lisboa dos 1.600 refugiados timorenses evacuados de Atambua, no Timor Indonésio. Esta, por sua vez, foi criada por coalição de duas outras comissões: a Comissão dos Refugiados de Timor formada, em Atambua, e uma outra comissão existente em Lisboa, ambas

CRT
COMUNIDADE dos REFUGIADOS DE TIMOR
R. PEDRO DEL NEGRO, 4, R/C-Dto. – TELEF. 494 24 13
REBOLEIRA – 2700 AMADORA
CONTRIBUINTE Nº 501 345 884

criadas, em 1975.

A nossa acção pode considerar-se de natureza tal que nos podemos considerar verdadeiros voluntários, pois não recebemos qualquer compensação de qualquer natureza e, por isso, a Comunidade dos Refugiados de Timor, através da acção dos seus membros e responsáveis, exerce o puro voluntariado. A actual direcção, por exemplo, é formada por trabalhadores no activo e reformados que dedicam os seus tempor livres e algumas horas do seu dia para procurar resolver problemas de diversa ordem que afectam a vida do dia a dia dos refugiados timorenses.

A nossa acção tem-se orientado principalmente para a sensibilização das entidades públicas ou privadas, com vista a chamar a sua atenção para a especificidade dos problemas da população timorense. Tendo em conta os resultados até agora conseguidos, e numa retrospectiva do caminho percorrido, podemos dar-nos por satisfeitos com os resultados conseguidos que ultrapassam largamente os nossos próprios objectivos. Balizámos a nossa acção pelo bom senso, pela nossa determinação e espírito de sacrifício, sem olhar às dificuldades, mas também sem ultrapassar jamais os limites do razoável, quer nas nossas propostas quer nas exigências apresentadas.

Das várias intervenções que já aqui foram feitas, extraímos imensas e profundas lições que nos serão úteis na nossa acção futura, mas também esperamos que a nossa experiência possa ser útil a quem queira exercer o puro voluntariado, e tanto mais quanto é certo que os timorenses viveram e vivem uma situação verdadeiramente dramática. Nestas circunstâncias, a primeira atitude é não deixar morrer a esperança e estabelecer objectivos e metas que possam ser alcançados

CRT
COMUNIDADE dos REFUGIADOS DE TIMOR
R. PEDRO DEL NEGRO, 4, R/C-Dto. – TELEF. 494 24 13
REBOLEIRA – 2700 AMADORA
CONTRIBUINTE Nº 501 545 884

com os meios anímicos próprios de cada elemento do grupo constituído, quer individual quer globalmente considerado.

Razões da nossa existência

Tanto a criação das anteriores comissões (a Comissão dos Refugiados de Timor, em Atambua, e a Comissão de Apoio aos timorenses, em Lisboa, constituídas em 1975) como a mais recente Comissão dos Refugiados de Timor eleita, em 1976, foram respostas que a experiência demonstrou terem sido as mais adequadas a situações concretas.

Em Atambua, no Timor Indonésio, foi necessário constituir um núcleo de representantes que pudessem apresentar-se como tais perante as autoridades indonésias, a fim de conseguir protecção e auxílio de diversa natureza para os cerca de 40.000 refugiados timorenses que tinham atravessado a fronteira, devido à guerra civil. Desde logo os problemas que exigiam uma intervenção imediata diziam respeito ao alojamento e alimentação.

É fácil adivinhar as enormes dificuldades de conseguir alojamento para mais de 30.000 ou cerca de 40.000 refugiados, de um dia para o outro. Do mesmo modo, obter alimentação para uma população tão numerosa deslocada para um meio que não era o seu, devido a circunstâcias inesperadas, era tarefa que se poderia considerar de impossível realização para quem não contava com outros meios de intervenção senão apenas com a própria vontade de servir e ser útil.

Quanto ao alojamento, a Comissão dos Refugiados de Timor, em Atambua, apresentou propostas e exigências coerentes às autoridades indonésias e dentro das circunstâncias de tempo e lugar foi possível

CRT
COMUNIDADE dos REFUGIADOS DE TIMOR
R. PEDRO DEL NEGRO, 4, R/C-Dto. – TELEF. 494 24 13
REBOLEIRA – 2700 AMADORA
CONTRIBUINTE Nº 501 345 884

estabelecer um mínimo de condições aceitáveis tanto de segurança como de abrigo. No que dizia respeito à alimentação, além de idêntico procedimento perante as autoridades indonésias, foram feitos apelos a organizações internacionais e a organizações cristãs que corresponderam pelo envio de géneros alimentares e de outro tipo de apoio.

Quando finalmente foi acordado entre o Governo português e o Governo indonésio o repatriamento dos 23 militares portugueses metropolitanos retidos, em Atambua, e acompanhando-os a vinda de um primeiro grupo muito numeroso (1.600 indivíduos) de refugiados timorenses para Portugal, o trabalho desenvolvido pela Comissão dos Refugiados de Timor foi de importância fundamental. Sem esse trabalho muitos refugiados teriam ficado para trás e não teriam satisfeito o seu desejo de também poderem partir para Portugal.

Concomitantemente, ainda que sem mútua coordenação, mas certamente movidos pelo mesmo espírito, um grupo de timorenses residentes em Portugal organizaram-se em Comissão com vista a apoiar todos os timorenses chegados intempestivamente a Portugal via Austrália ou para intervir no sentido de chamar a atenção do Governo, das organizações internacionais e da opinião pública para os gravíssimos problemas que a população timorense era obrigada a enfrentar, tanto em Timor como no exterior, principalmente no Timor Indonésio e na Austrália. Para este país, efectivamente, foram acolher-se mais de 10.000 refugiados timorenses, fugidos de Dili, Baucau e Atáuro, utilizando para o efeito os mais variados meios de transporte. Destes, alguns funcionários públicos puderam ser transportados

CRT
COMUNIDADE dos REFUGIADOS DE TIMOR
R. PEDRO DEL NEGRO, 4, R/C-Dto. - TELEF. 494 24 13
REBOLEIRA — 2700 AMADORA
CONTRIBUINTE Nº 501 845 884

para Portugal por via aérea a expensas do Estadc português, sendo integrados em condições especiais nos respectivos serviços.

A Comissão constituída, em Lisboa, propôs-se atenuar ao máximo as gravíssimas condições resultantes da guerra civil e acompanhar de perto a situação dos que as tinham de suportar, mantendo-se em Timor, ou daqueles que foram obrigados a abandonar as suas casas e a sua terra. Estabeleceu para isso contactos com a Cruz Vermelha Portuguesa e as autoridades portuguesas, nomeadamente os órgãos de soberania, para as alertar para as situações mais graves e que exigiam a tomada de medidas imediatas.

Dessa acção resultou que, por exemplo, a Cruz Vermelha Internacional pôde enviar uma delegação a Timor, ainda em 1975, a qual pôde dar assistência aos presos e levar ajuda médica e medicamentosa aos feridos e doentes, etc., etc.. Mesmo os próprios refugiados que se acolheram na Austrália foram transportados em condições que só foi possível concretizar, devido ao alerta lançado constantemente pela Comissão formada em Lisboa. A acção da Comissão de Lisboa contribuiu também decisivamente para destrinçar as acções de ajuda das intervenções eivadas de carga política, de modo a que os benefícios conseguidos fossem despidos de qualquer cariz ideológico.

Por último, porque se conhecia que muitos refugiados de Atambua tinham manifestado natural desejo de virem para Portugal, a Comissão de Lisboa interveio no sentido de criar todas as condições para que tal eventualidade se concretizasse, como felizmente se veio a verificar, com a vinda para Portugal, em 1976, dos 1.600 refugiados timorenses evacuados juntamente com os 23 militares portugueses, retidos em Atambua. Mas com este facto não só não terminaram os pro-

.CRT
COMUNIDADE dos REFUGIADOS DE TIMOR
R. PEDRO DEL NEGRO, 4, R/C-Dto. – TELEF. 494 24 13
REBOLEIRA – 2700 AMADORA
CONTRIBUINTE Nº 501 345 884

blemas cuja resolução se pretendia conseguir com maicr premencia, como outros se vieram colocar com nao menor acuidade como sejam: acolhimento, alojamento, integraçao sócio-económica e acompanhamento das situações mais difíceis.

Hoje, a Comunidade timorense da diáspora totaliza cerca de 17.000 almas, estando cerca de 15.000 residentes na Austrália. Esta Comunidade tem de comum os laços que os unem à terra que os viu nascer ou aos seus pais e ancestrais. Pretende manter viva a sua cultura, a chama das suas tradições, dos seus usos e costumes, para que não se percam irremediavelmente as suas características de povo que teve um passado e uma História diferentes resultantes da presença secular de Portugal, em Timor. Mas para que tudo isso seja uma realidade é necessário que cada timorense possa ter ao seu alcance os meios minimamente indispensáveis à sua subsistência e a uma vida condigna.

Resultados da nossa acção

Durante estes anos de actividade, extraímos uma lição funfamental que é a de que os poderes públicos dificilmente podem estar sensibilizados para a resolução de determinados problemas, se não houver quem assuma responsavelmente o dever de chamar a atenção daqueles para a sua existência. Por outro lado, também pudemos chegar à conclusão de que os poderes constituídos não podem resistir à lógica e à força de uma acção concertada e coerente das forças sociais, desde que esta tenha como objectivo a defesa dos direitos humanos, na sua expressão mais singela e simples, mesmo quando aparentemente possam parecer à partida causas perdidas.

CRT
COMUNIDADE dos REFUGIADOS DE TIMOR
R. PEDRO DEL NEGRO, 4, R/C-Dto. – TELEF. 494 24 13
REBOLEIRA – 2700 AMADORA
CONTRIBUINTE Nº 501 348 994

Vários são os resultados que se não foram fruto da nossa acção directa são reconhecidamente consequências da nossa intervenção. Entre estas contam-se a reunião familiar, em Portugal e na Austrália, de membros de faílias separadas pelas hostilidades, a reintegração de antigos funcionários públicos da administração portuguesa, em Timor, incluindo os reformados, a emigração para a Austrália, a formação profissional, a alfabetização de adultos, o acompanhamento da situação escolar de estudantes a todos os níveis e atribuição de casas a agregados familiares timorenses, etc., etc.

A reunião familiar foi uma acção fundamental, dado que, devido à guerra civil, houve pais e filhos, maridos e mulheres, irmãos e irmãs que seguiram destinos diferentes, tendo uns ficado em Timor e outros fugido para a Austrália ou Portugal. Numa primeira fase foi necessário reatar os contactos promovendo acções de pesquisa e, posteriormente, desbloquear todos os óbices à sua reunião, quer em Portugal quer na Austrália. Tanto nos contactos como nas acções de pesquisa e reunião foi importantíssima neste aspecto a contribuiçao da Cruz Vermelha Portuguesa e da Cruz Vermelha Internacional. Estas acções continuam a realizar-se apesar das dificuldades que se têm levantado.

Por outro lado, muitos funcionários da antiga administração portuguesa mantiveram-se intransigentes em aceitar um novo posto na administração indonésia estabelecida em Dili, quer por falta de condições de adaptação quer por razões de outra ordem. Também antigos funcionários reformados retidos em Timor lançaram apelos no sentido de verem resolvida a sua situação, dado que tinham direitos adquiridos e não estavam em condições de poderem iniciar uma

CRT
COMUNIDADE dos REFUGIADOS DE TIMOR
R. PEDRO DEL NEGRO, 4, R/C-Dto. - TELEF. 494 24 13
REBOLEIRA - 2700 AMADORA
CONTRIBUINTE N.º 501 845 884

nova experiência profissional. A nossa acção foi decisiva no sentido de se proporcionar aos interessados todos os fundamentos legais e emocionais para que todas aquelas situações pudessem ser resolvidas satisfatoriamente. Cabem neste âmbito as acções ainda em curso de transferência e reintegração em Portugal de antigos funcionários da administração portuguesa em Timor. Todos os casos de funcionários na situação de reforma tiveram uma solução adequada.

Dadas as enormes dificuldades de integração sócio-económica de todos os timorenses, em Portugal, estabelecemos contactos com as Embaixadas do Brasil, dos E.U.A. e da Austrália, em Portugal, com vista a obter facilidades de emigração para aqueles países. Por razões que se prendem directamente com os factos ocorridos, em Timor, durante a II Grande Guerra, envolvendo directamente soldados australianos, o Governo australiano houve por bem atender às nossas razões e tem vindo, de tempos a tempos, a abrir as portas para imigração de refugiados timorenses, em condições muito especiais.

Para os timorenses que deverão permanecer em Portugal a nossa acção orientou-se para lhes criar as condições mínimas para uma vida condigna. Para tanto procurámos obter para cada família uma casa própria e uma formação profissional mínima adequada. Em relação à habitação própria, existe já felizmente um núcleo de cerca de 40 famílias timorenses instaladas em Setúbal, somando um total de cerca 350 indivíduos. Nos arredores de Lisboa estão também instaladas cerca de 20 famílias, em casas do ex-FFH, tal como o caso de Setúbal, totalizando cerca de 200 pessoas. Este esforço de instalação das famílias em casa própria continua a fazer-se com o apoio inte-

CRT
COMUNIDADE dos REFUGIADOS DE TIMOR
R. PEDRO DEL NEGRO, 4, R/C-Dto. – TELEF. 494 24 13
REBOLEIRA – 2700 AMADORA
CONTRIBUINTE Nº 501 845 884

ressado das Câmaras Municipais e do Centro Regional de Segurança Social de Lisboa.

No âmbito da formação profissional, frequentaram cursos de pedreiro, carpinteiro, canalizador, etc., muitos refugiados que tinham vindo de Atambua, em 1976. Congratulamo-nos com o facto de, em 1977, 1978, 1979 e 1980, muitos desses timorenses terem trabalhado em obras realizadas nos arredores de Lisboa, nomeadamente na construção da via rápida Lisboa-Amadora. Infelizmente muita dessa mão-de-obra acabou por emigrar também para a Austrália, mas a experiência conseguida foi fundamental. Durante o ano em curso, estão a funcionar outros cursos de formação profissional, com o apoio do Fundo Social Europeu, criados prioritariamente para jovens dos 18 aos 25 anos de idade. É nosso objectivo não só dar aos jovens conhecimentos fundamentais numa área profissional mas, sobretudo, armá-los com bom espírito de iniciativa e do desejo de vencer na vida.

Na área do emprego, tivemos de confrontar-nos com situações delicadíssimas. Na verdade, muitos trabalhadores têm caído sucessivamente no desemprego, quando estão prestes a completar três anos de prestação de serviço. Por vezes, levantam-se concomitantemente questões judiciais que temos procurado resolver a contento das partes interessadas, defendendo sempre os interesses dos refugiados timorenses.

A alfabetização é outra das áreas que tem merecido a nossa atenção. Temos procurado que os timorenses pudessem ter acesso aos cursos de alfabetização de modo a prepará-los na utilização fácil no seu dia-a-dia da língua portuguesa como instrumento indispensável

CRT
COMUNIDADE dos REFUGIADOS DE TIMOR
R. PEDRO DEL NEGRO, 4, R/C-Dto. - TELEF. 494 24 13
REBOLEIRA - 2700 AMADORA
CONTRIBUINTE Nº 501 848 884

de comunicação. Também neste aspecto os resultados foram satisfatórios. Orientado especificamente para a formaçao profissional de adultos e com o apoio igualmente do Fundo Social Europeu, foram apresentados projectos para execução e concretização no ano de 1988. Esperamos que com estas acções de formação se vença definitivamente a batalha pela alfabetização de todos os timorenses, dando-lhes igualmente conhecimentos de técnicas básicas em algumas áreas profissionais.

Dedicamos também especial atenção ao ensino, acompanhando o mais de perto possível todas as situações difíceis. Infelizmente, as dificuldades de adaptação das crianças e dos jovens timorenses ao ensino em Portugal são imensas. Poucos são aqueles que conseguem frequentar o ensino superior, mas estamos também neste campo decididos a conseguir todos os benefícios para as crianças e jovens timorenses.

A simples enumeração de todas estas iniciativas pode desde logo levantar nos espíritos a dúvida de que possamos ter feito tanto com tão poucos meios humanos e carecendo totalmente de outros meios e ajudas. A verdade é que felizmente temos contado, sobretudo, com a nossa vontade e a nossa determinação, mas nem por isso nos têm faltado a boa compreensão das entidades com quem temos estabelecido contactos.

Minhas senhoras e meus senhores,

As minhas últimas palavras são de sincero agradecimento pela vossa atenção. Procurei falar-vos com o coração nas mãos, certo de que também a nossa experiência possa ser útil à vossa acção.

CRT
COMUNIDADE dos REFUGIADOS DE TIMOR
R. PEDRO DEL NEGRO, 4, R/C-Dto. – TELEF. 494 24 13
REBOLEIRA – 2700 AMADORA
CONTRIBUINTE Nº 501 848 884

Pessoalmente, assumi a minha quota-parte de responsabilidade no lançamento de acções que visam a defesa daqueles interesses que julgo serem os que podem contribuir para salvar a população timorense de uma rápida e progressiva descaracterização ou mesmo destruição. Exerci como todos os outros timorenses que estamos envolvidos nestas inciativas o puro voluntariado, porque não recebemos até agora qualquer tipo de compensação, nem mesmo moral.

No meu caso, nunca procurei envolver as minhas inciativas no campo do voluntariado com outras que como homem livre tenho vindo a desenvolver noutros campos. Penso que esta distinção é fundamental e necessária para que, pelo facto de sermos voluntários da acção social, não sejamos impedidos de tomar as posições que noutros campos a nossa consciência nos ditar como imprescindíveis. Admito mesmo que sem esta destrinça tornar-se-ia simplesmente impossível qualquer iniciativa no campo do voluntariado, sob pena de nos tornarmos tão incaracterísticos, a ponto de mais tarde ou mais cedo desistirmos de toda a acção no campo do voluntariado.

Mas não temos razões para temer seja o que for. De facto, da minha experiência posso concluir, parafraseando as palavras da Sra. D. Maria Elisa Pimenta, que Portugal é um país pequeno, mas o seu povo tem um coraçao muito grande. O muito que temos conseguido resulta precisamente do apoio e da amizade de muitos amigos que nos têm ajudado. De facto, depois do desastre, só assim se poderia compreender que possamos estar em Portugal, lutando para manter a nossa identidade e organizando-nos para resolver os nossos problemas.

Muito obrigado!

José da Costa Gonçalves

PROGRAMA

DIA MUNDIAL DE VOLUNTARIADO

09:00Hs - Distribuição de documentação

10:00Hs - Abertura

Dr. Luis Madureira - Secretário Geral da Administração Interna

10:10Hs -	M. Elisa Pimenta	O Voluntariado é uma dimensão constituicional da moderna democracia	Presidente da Delegação Nacional da AVE
10:20Hs -	Armando Soares	O Centro Nacional de Voluntariado	Presidente do Centro Nacional de Voluntariado
10:30Hs -	Jorge Pegado Liz	Perspectivas Económicas Sociais e Politicas do Voluntariado	Representante no Congresso Europeu de Voluntariado de Nicole Fontaine
10:50Hs -	Andrea Rocchi	Coord. entre todos os Movimentos Voluntários	Soberana Militar Ordem de Malta
11:05Hs -	Manuel da Cunha	O FADJ e o Associativismo Voluntario	Fundo de Apoio aos Organismos Juvenis
11:30Hs -		Intervalo	
11:40Hs -	Eduarda de Aleeida	Relato sobre os Objectivos e Funcionamento da Associação	Infanta D. Mafalda
11:55Hs -	M. Luisa Caria	Inst. Privadas de Solidariedade Social	União das IPSS
12:00Hs -	Fernando Bivar	O que são os Lions	Lions Portugal
12:15Hs -	Filipe Oliva	Voluntariado nas Bibliotecas para cegos	Biblioteca Nacional (Area dos Deficientes Visuais)
12:30Hs -		Almoco	

14:30Hs - Apresentação de um video sobre o 1° Congresso Europeu do Voluntariado

14:40Hs -	Clementina Vasconcelos	Centro Nacional de Voluntariado e o Voluntariado na actualidade	Vice-Presidente do CNV e Delegada da EULAB
14:55Hs -	M. Salomé Pereira	Relatorio Oral	Soc. de S. Vicente de Paulo
15:05Hs -	Moisés Amaral	A População Timorense em Portugal	Comunidade dos Refugiados de Timor
15:15Hs -	António Martins	Assistência à 3° Idade	Assoc. Baptista de Evangelismo
15:30Hs -	Soledade Penaguião	O Voluntariado na Reumatologia	Liga Portuguesa Contra o Reumatismo
15:40Hs -	Alexandre Martins	Testemunho	Fundação Obra de A. Ardina
15:55Hs -	M. Filomena Guedes	O trabalho da APECI	Assoc.Educação de A. Criancas Inadaptadas de Torres Vedras
16:05Hs -		Intervalo	
16:15Hs -	Luis Roseira	Serv.de Voluntariado Hospitalar em Portugal	Liga dos Amigos do Hosp.de Sto. António
16:30Hs -	M. Virginia Alvão	Testemunho Oral	Liga dos Amigos do Hosp. de Sto. António
16:45Hs -	Vina Freitas	Breves palavras sobre a Sociedade Anti-Alcoolica Portuguesa	Soc. Anti-Alcoolica Portuguesa
17:00Hs -	Manuel Marques	Testemunho	Liga de Profilaxia Alc. e Toxicomania
17:15Hs -	Jose Luis Martins	Apresentação de Slides	Liga dos Amigos do Hosp. de Sto Tirso
17:30Hs -	Conceição Prazeres	Da palavra ambigua à definição objectiva das boas vontades - acção consciente	Direcção Geral da Familia e Centro Nacional de Voluntariado
17:45Hs -	Fernando Nascimento	Encerramento	Direcção Geral da Segurança Social
	Manuel Rocha	Exposição de fotografias	Mov. dos Camp. Construtores

19:00Hs

Jantar de Encerramento
Com Fanfarra e ranchos folcloricos